

ATA N.º 8/2018

REUNIÃO ORDINÁRIA DE

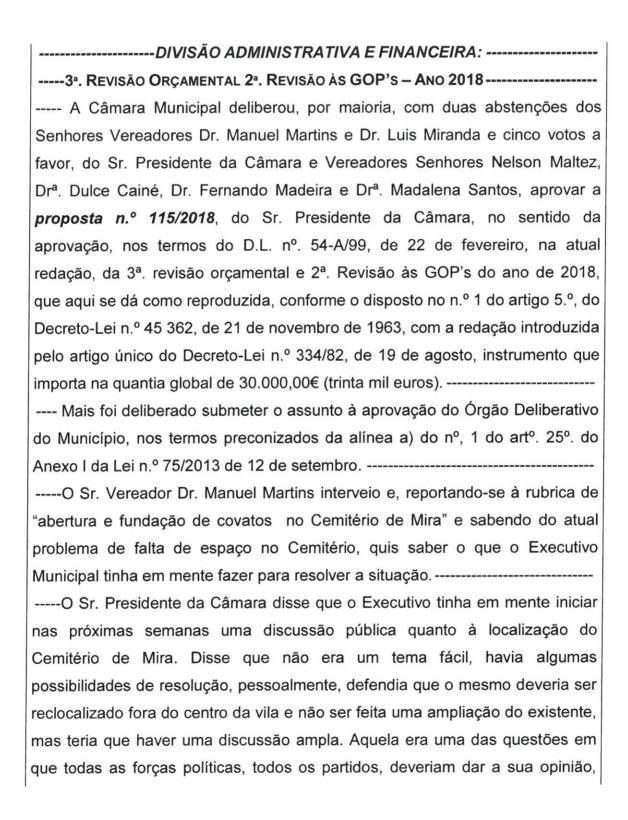
10/05/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

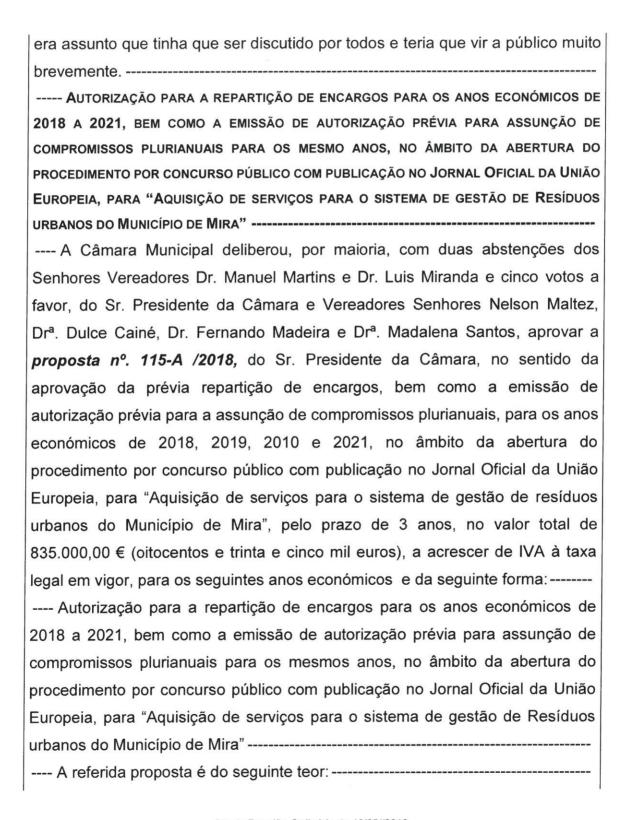


Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e
trinta minutos, na sala de reuniões da Câmara Municipal, reuniu esta,
ordinariamente, sob a direção do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Raul José Rei
Soares de Almeida, estando presentes os Vereadores Srs. Nelson Teixeira
Maltez, Dr. Manuel de Jesus Martins, Dra. Dulce Helena Ramos Cainé, Dr.
Fernando José Domingues Madeira, Dr. Luis Manuel Simões Miranda e Drª.
Madalena Isabel Colaço dos Santos
Presentes também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Drª.
Carmen da Conceição Santos, o Chefe da Divisão de Obras Municipais, Engº.
Rui Manuel Reixa da Cruz Silva, a Chefe de Divisão de Educação, Cultura e
Desporto, Dr.ª Brigitte Capeloa e o Chefe da Divisão de Proteção Civil,
Planeamento, Ordenamento e Ambiente, Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes
Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi declarada aberta a reunião pelas 14:30
horas
FINANÇAS MUNICIPAIS:
Foi presente o resumo diário da tesouraria n.º 86, de 09 de maio de 2018,
com um saldo orçamental de 87.084,90 € (oitenta e sete mil e oitenta e quatro
euros e noventa cêntimos)
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins interveio e lembrou que numa reunião
anterior tinha ali perguntado a quem cabia a responsabilidade da limpeza dos
taludes nas passagens superiores da A-17, tendo surgido algumas dúvidas,
pelo que, de novo, colocava a questão a fim de obter uma resposta concisa
O Sr. Presidente respondeu que a responsabilidade era da Câmara
Municipal e que a limpeza iria ser efetuada oportunamente
O Chefe de Divisão, Engº. Rui Silva acrescentou que apenas as guardas
metálicas não eram da responsabilidade da Câmara Municipal
Totaliono il do Oralii da Posporiono mando da Calinara il manielpani

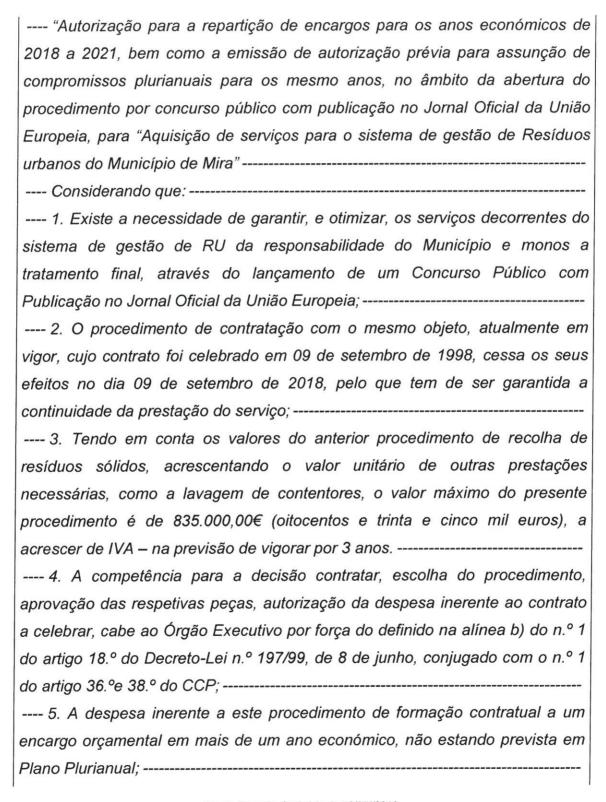














6. A competência para autorizar a repartição de encargos e a assunção de					
compromissos plurianuais, cabe à Assembleia Municipal, nos termos					
conjugados dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 junho e					
da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua					
atual redação					
Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere					
favoravelmente:					
Nos termos das disposições conjugadas do artigo 24.º e nas alíneas dd) e					
ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e					
dos n.ºs 1 e 6 do artigo 22.º do Decreto- Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e na					
alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na					
sua atual redação;					
Aprovar submeter à Assembleia Municipal, a prévia autorização para a					
repartição dos encargos, bem como a emissão da autorização prévia para a					
assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2018,					
2019, 2020 e 2021, no âmbito da abertura do procedimento no âmbito da					
abertura do procedimento por concurso público com publicação no Jornal					
Oficial da União Europeia, para "Aquisição de serviços para o sistema de					
gestão de Resíduos urbanos do Município de Mira", pelo prazo de 3 anos, no					
valor total de 835.000,00€ (oitocentos e trinta e cinco mil euros), a acrescer de					
IVA à taxa legal em vigor, para os seguintes anos económicos e da seguinte					
forma:					
Ano Valor total s/ IVA (€) IVA 23% (€) Valor total c/ IVA (€)					

Ano	Valor total s/ IVA (€)	IVA 23% (€)	Valor total c/ IVA (€)
2018	46.388,89	2.783,33	49.172,22
2019	278.333,32	16.700,00	295.033,32
2020	278.333,32	16.700,00	295.033,32
2021	231.944,47	13.916,67	245.861,14

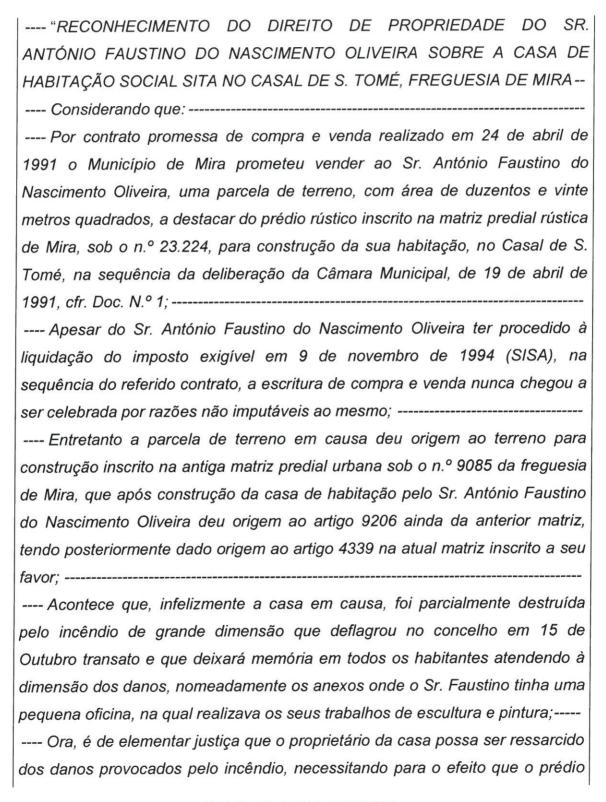


50.100.00 885.100.00 **Totais** 835.000,00 -----AUTORIZAÇÃO DE ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 50 DA ZONA INDUSTRIAL POLO II ---------- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 116/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da autorização para venda do lote nº. 50, com a área 948 m2, sito na Zona Industrial, Pólo II, freguesia de Seixo e concelho de Mira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mira sob o n.º 2034 e inscrito na respetiva matriz predial urbana n.º 1557, pelo preço global de €9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta euros) ao Sr. Fernando Manuel Rocha dos Santos, residente na Rua da Peixota, n.º 78, Seixo, NIF 195 196 180, casado com a Sr.ª Dulce Ramos Ferreira Pascoal dos Santos, NIF 201 684 411, sob o regime da comunhão geral de bens, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro, na sua atual redação, com as seguintes condições: --------- 1- O adquirente terá o prazo de 6 meses para iniciar a construção do(s) edifício(s) destinado(s) a armazenagem, comércio e serviços a contar da data de realização da escritura pública de compra e venda; ---------- 2- O adquirente do lote terá o prazo de um ano para a conclusão das obras a contar da mesma data;-------- 3- O adquirente não poderá ter a construção suspensa por mais de seis meses, por motivos que lhe sejam imputáveis; --------- 4- Os prazos previstos em 1, 2 e 3 poderão ser prorrogados por deliberação da Câmara Municipal, desde que, devidamente justificados pelo adquirente; --------- 5- Se os prazos supra definidos não forem cumpridos, por facto imputável ao adquirente, não devidamente justificado, ficará a transação sem efeito, perdendo aquele a favor da Câmara Municipal, 50% do preço do Lote e da construção eventualmente já realizada, voltando o Lote à posse da Câmara;----

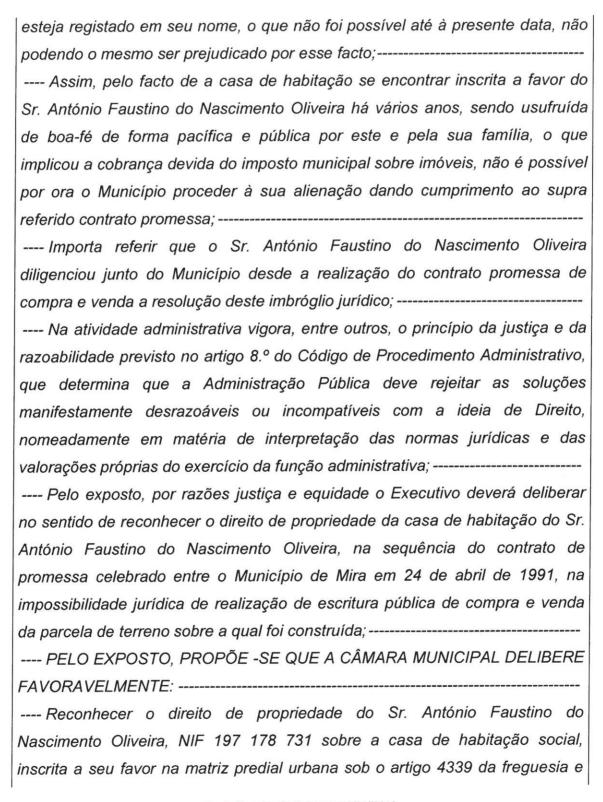


6- O adquirente não poderá alienar o lote a qualquer título oneroso ou
gratuito sem autorização da Câmara Municipal, sob pena de reversão e
regresso da posse do lote, nos termos previstos no ponto 5;
7- A Câmara Municipal goza de direito de preferência com eficácia real,
sobre quaisquer pessoas singulares ou coletivas, no caso de alienação por
contrato de compra e venda ou qualquer outro modo compatível com a
obrigação de preferência do referido lote, com as construções nele existentes à
data da alienação;
8 - O adquirente não poderá dar um fim diferente ao(s) edifício(s)
destinado(s) a armazenagem, comércio e serviços do previsto e aprovado, sem
que essa alteração lhe seja imposta e os motivos aduzidos sejam atendíveis,
sob pena de reversão e regresso da posse do lote, nos termos previstos no
ponto 5
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S.
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S.
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. TOMÉ, FREGUESIA DE MIRA
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. Tomé, FREGUESIA DE MIRA
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. Tomé, FREGUESIA DE MIRA
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. TOMÉ, FREGUESIA DE MIRA
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. TOMÉ, FREGUESIA DE MIRA
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. TOMÉ, FREGUESIA DE MIRA
RECONHECIMENTO DO DIREITO DE PROPRIEDADE DO SR. ANTÓNIO FAUSTINO DO NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. TOMÉ, FREGUESIA DE MIRA
NASCIMENTO OLIVEIRA SOBRE A CASA DE HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO CASAL DE S. TOMÉ, FREGUESIA DE MIRA

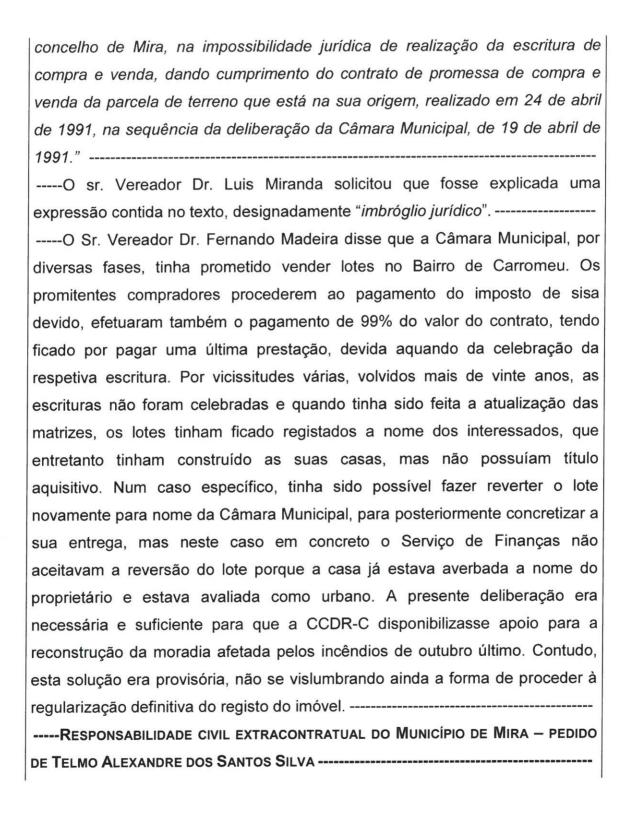








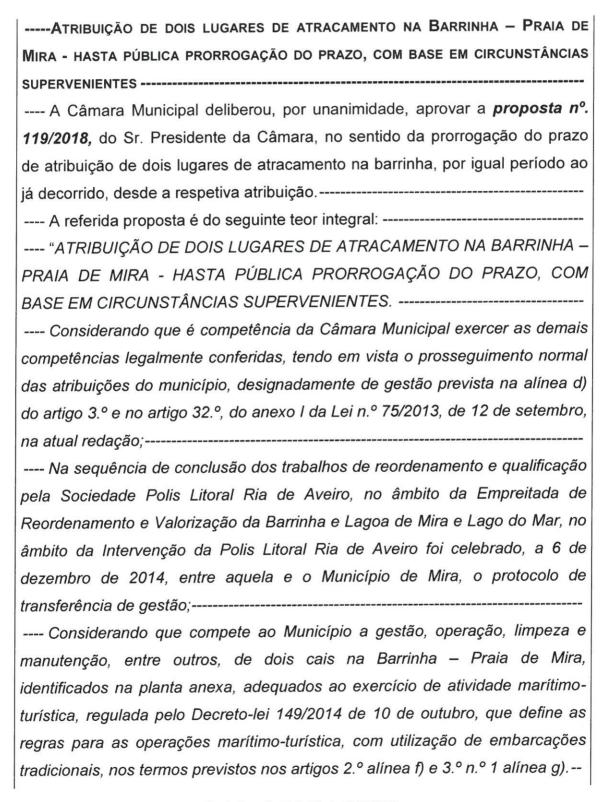




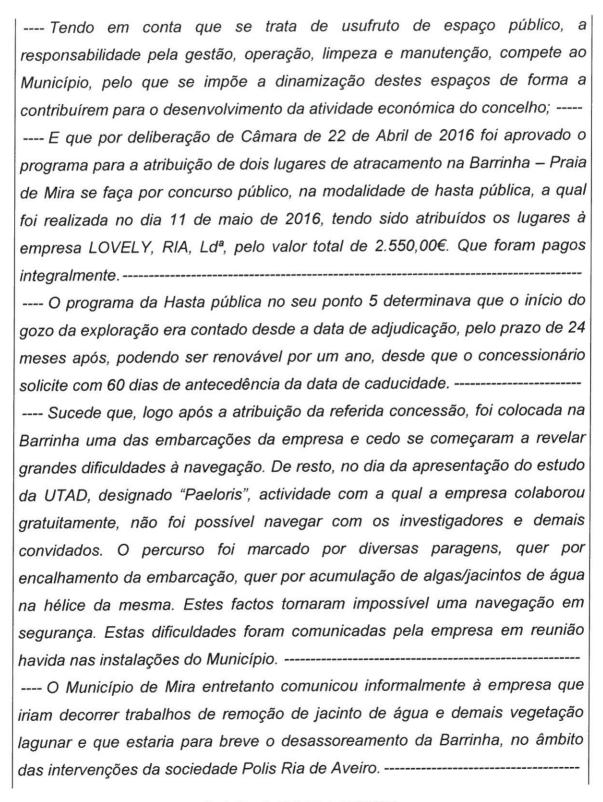


----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta nº. 118/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido de ser deferida a pretensão formulada por Telmo Alexandre dos Santos Silva, residente na Rua da Liberdade, nº. 25, na Praia de Mira, na qualidade de proprietário do veículo com a matrícula 36-QA-14, mediante o pagamento de indemnização, no valor total de 368,27 € (trezentos e sessenta e oito euros e vinte e sete cêntimos), em virtude de se encontrarem preenchidos, no caso concreto, os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual suscetíveis de imputar à Câmara Municipal a assunção do pagamento de indemnização por ocorrência registada no dia 28 de janeiro de 2018, pelas 00:00h, designadamente o embate da roda do lado esquerdo do veículo num buraco na estrada municipal que liga a Barra à Praia de Mira, próximo da Obra do Frei Gil, na Praia de Mira, resultando danos no referido veículo. --------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins lamentou, mais uma vez, que constantemente estivessem a acontecer estas situações. Por enquanto, disse, eram prejuízos materiais, mas esperava que um dia não viesse a aparecer ali uma situação de prejuízo humano. As más condições da rede viária municipal, acrescida da falta de sinalização e de fiscalização, levavam àqueles problemas, pelo que o Executivo deveria ponderar tais situações e agir de modo a pôr fim àqueles problemas.--------O Sr. Presidente da Câmara disse que subscrevia as palavras do Sr. Vereador Dr. Martins, a rede viária do concelho estava muito degradada e as situações mais prementes íam sendo resolvidas pontualmente. Por outro lado, estava também a ser tomada uma outra medida de fundo, no sentido da transferência de responsabilidade para uma seguradora, à semelhança do que já tinha sido feito por outros municípios, o que não invalidava que a Câmara Municipal não estivesse atenta, repondo sinalização e tapando os buracos. -----

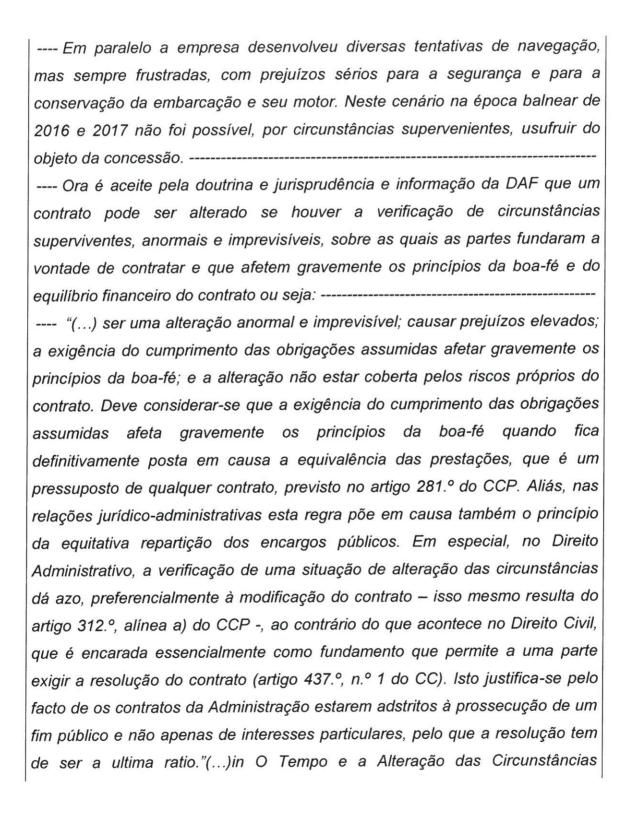




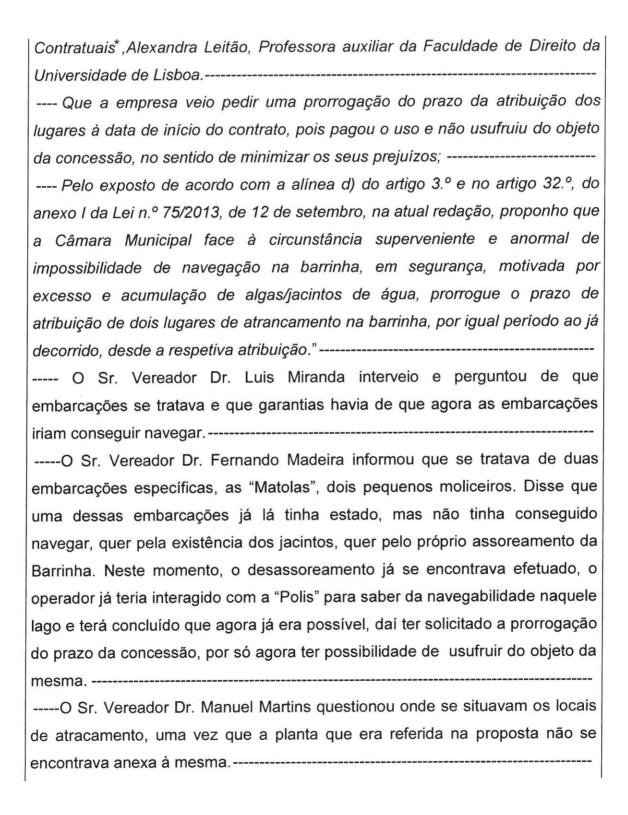




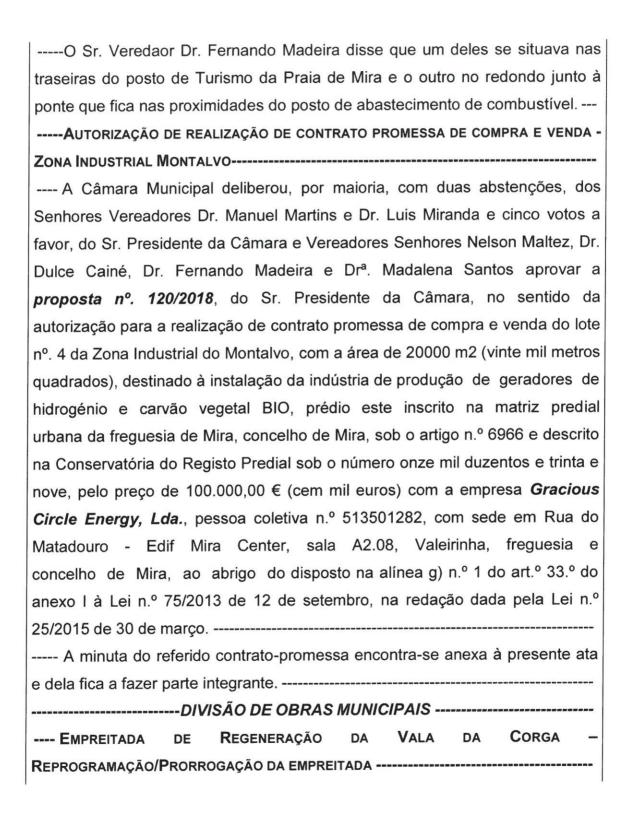








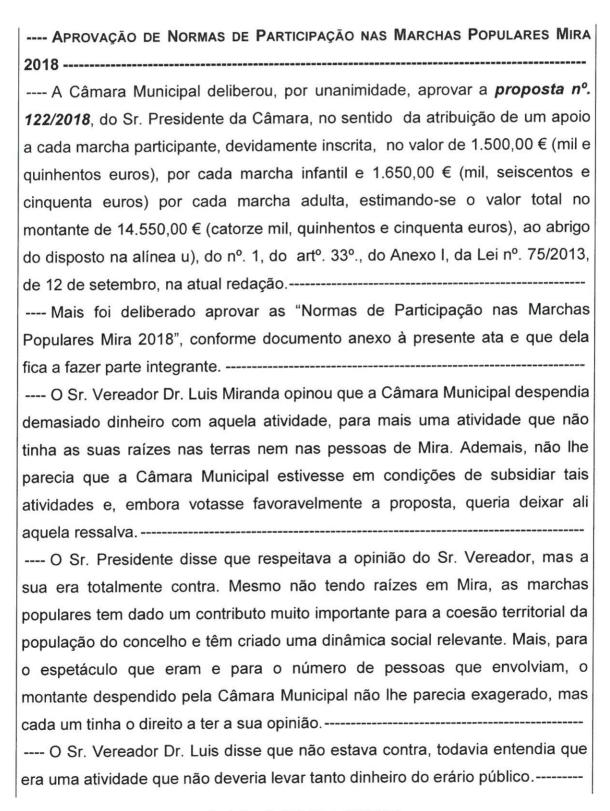




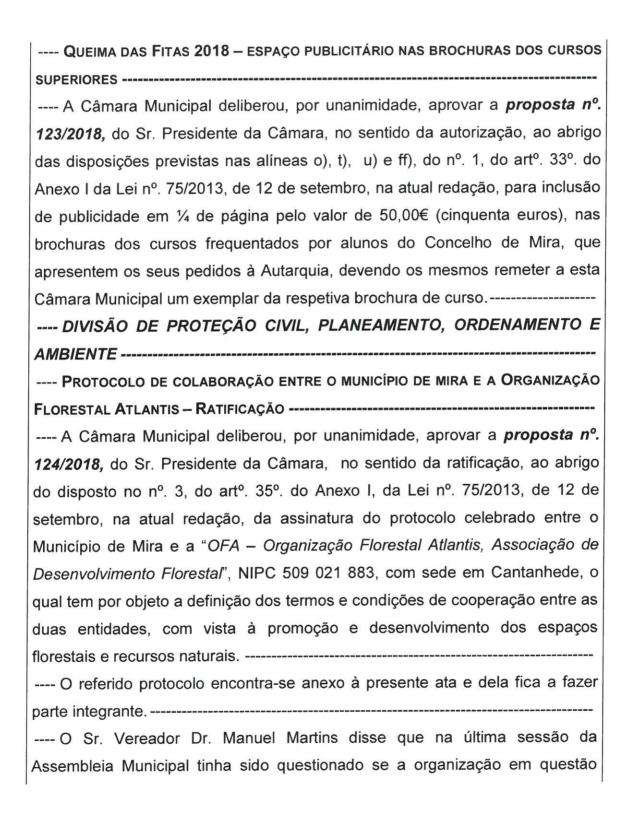


---- A Câmara Municipal aprovou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Manuel Martins e Dr. Luis Miranda e cinco votos a favor, do Sr. Presidente da Câmara e Vereadores Senhores Nelson Maltez, Dr. Dulce Cainé, Dr. Fernando Madeira e Dra. Madalena Santos, a proposta no. 121/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da aprovação do novo plano de trabalhos, pagamentos e cronograma financeiro, bem como da prorrogação do prazo de execução da empreitada de regeneração da vala da Corga, prevendo-se a sua conclusão até ao dia 30 de junho de 2018. ---------- O Sr. Presidente disse que esperava que esta fosse a última prorrogação da empreitada. Estava convicto de que era a melhor solução para o Município de Mira, tratava-se de uma obra financiada por fundos comunitários e era preferível "levar o barco a bom porto". Obviamente que poderiam ser executadas outras medidas mais fortes, mas nos últimos meses tinha havido algumas garantias de que o trabalho estava a andar, já se via mais trabalho feito. Reconhecia que a obra já deveria estar pronta e que os principais sacrificados eram, sem dúvida, os moradores que muito têm sofrido com aquelas obras, mas a Câmara Municipal pretendia levar a obra até ao fim, sem perder o financiamento e se se entrasse em litígio, corria-se o risco das coisas se arrastarem por anos e anos e não era isso que se pretendia.--------- O Sr. Vereador Dr. Manuel Martins disse que só acreditava nisso se houvesse eleições este ano e classificou aquela empreitada de "vergonha". Mais quis saber qual era realmente o prazo da prorrogação, uma vez que constatava a existência de dois prazos diferentes, um de 60 dias e outro de 90 dias.-------- O Chefe de Divisão das Obras Municipais, Engº. Rui Silva esclareceu que se tratava de um lapso e que o prazo correto de conclusão da empreitada era o constante da proposta, ou seja 30 de junho de 2018. ----------DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO------

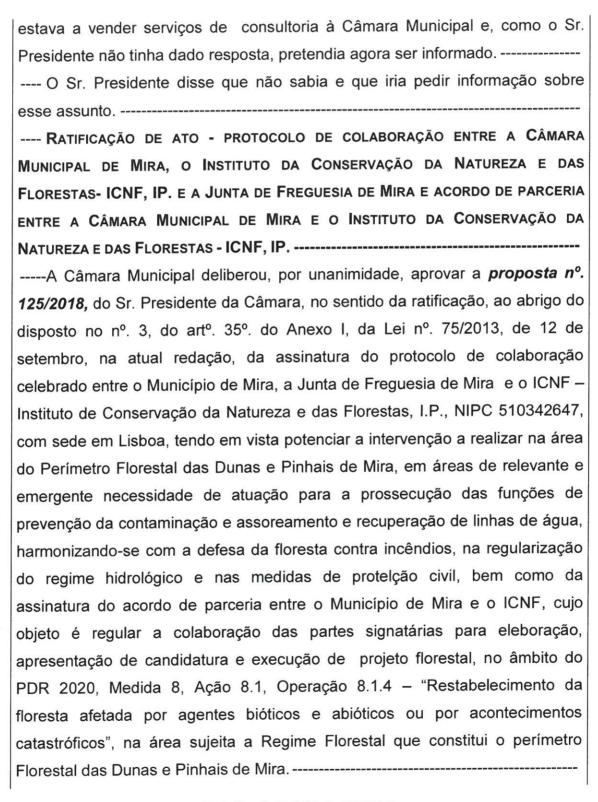














Os referidos documentos encontram-se anexos à presente ata e dela ficam
a fazer parte integrante
ALTERAÇÃO DE CIRCULAÇÃO RODOVIÁRIA EM CARAPELHOS- CORTE DE ESTRADA-
XIV FEIRA DOS GRELOS
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº.</i>
126/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da autorização para o corte
temporário de trânsito, na Rua Dr. Manuel Manata, em Carapelhos, de 14 a 22
de maio corrente, de forma a permitir a realização da XIV Feira dos Grelos,
promovida pela "Confraria Nabos e Companhia"
Corte estrada - Encontro – IMM- Internacional Mini Meeting 2018
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a <i>proposta nº</i> .
127/2018, do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da autorização para o corte
da Estrada Florestal, na Praia de Mira, de 16 a 22 de maio corrente, de forma a
permitir a realização do "Encontro IMM - Internacional Mini Meeting 2018", a
levar a efeito em parceria com o Município de Vagos, no Parque de Campismo
Municipal de Mira
ENCERRAMENTO:
E, não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Câmara, foi
declarada encerrada a reunião, sendo 15:10h, tendo sido aprovada, por
unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do
disposto no n.º 3 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de
setembro, na atual redação
E, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Carmen da Conceição
Santos, na qualidade de secretária, redigi
(Presidente: Raul José Rei Soares de Almeida, Dr.)



(Secretária: Carmen da Conceição Santos, Dra.)